Caso Cense dá um passo atrás. Doação de área para construção foi revogada

A revogação, solicitada pelo município, segue determinação do Ministério Público, o qual ouviu vontade da Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta

ASSESSORIA CÂMARA PB



Intenção do Município é de em 90 dias apresentar uma alternativa

Marcelo Coan
marcelo@diariodosudoeste.com.br

Em sessão extraordinária e com duas emendas modificativas de redação, o Legislativo pato-branquense aprovou, na tarde da quinta-feira (10), o projeto de lei 166/2022, de autoria do Poder Executivo, que prevê a revogação da doação de imóveis ao Estado do Paraná para a edificação do Centro de Socioeducação (Cense). Com a ausência dos vereadores Januário Koslinski (PSDB) e Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), o projeto foi aprovado por unanimidade da Casa.

A iniciativa do projeto, segundo o Executivo, atende ao ofício nº 976/2022-E, do Ministério Público do Estado do Paraná. "No final de 2021, em virtude da manifestação contrária da Associação de Moradores do Bairro Jardim Floresta à construção do Cense no referido bairro, o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) instaurou a notícia de fato nº MPPR-0105.21.000564-8, para averiguar a possibilidade da construção do Cense no aludido local. Durante a tramitação da notícia de fato, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano identificou que as áreas doadas em 2013 e 2019 ao Estado do Paraná encontram-se em zona não incômoda, o que impede a construção do Cense no referido local. Por conta disso, o Estado do Paraná não deu início à obra dentro dos prazos previstos nas leis nº 4.062, de 4 de julho de 2013, e nº 5.434, de 12 de novembro de 2019, motivo pelo qual o Ministério Público do Estado do Paraná solicitou a revogação das doações", esclareceu o documento.

De acordo com o chefe do Escritório Regional de Pato Branco da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf), Carlos Roberto Gabriel, a questão Cense é antiga. Lembrado que hoje o tema envolve Estado, município e Ministério Público, ele adianta que a administração municipal já sinalizou o interesse em contribuir com a resolução do problema. Sem revelar detalhes, Gabriel disse que há algumas possíveis áreas em avaliação.

Questionado sobre a possibilidade do Centro de Socioeducação ser construído em outro município da região, Gabriel é enfático em dizer que a chance é remota. Entretanto, explica que, com a revogação da área e a necessidade da definição de outra, o processo pode demorar. Ele justifica a informação observando que, com essa mudança, será necessário, por exemplo, ajuste de projetos e demais questões técnicas.

De acordo com o prefeito, Robson Cantu, essa é uma questão que vem de gestões anteriores. "Eu peguei isso andando. Caiu na minha mão". No entendimento do Executivo, o Cense está hoje num local impróprio, pois se trata de uma área central, ao lado da delegacia.

"O fato é que tem que sair de onde está", resume. Em relação a nova área, Cantu adianta que em até 90 dias o Município deve apresentar uma alternativa. Questionado se já há um espaço em vista, ele garantiu que sim, porém não revelou detalhes de onde pode ser.

Área devolvida

Em relação a área que voltou para o município, Cantu explicou que a intenção é utilizar para a construção de edifícios para moradia popular. Segundo ele as equipes de governo estão empenhadas em fazer os estudos necessários.

"Estamos com uma tratativa. Se der tudo certo a intenção é iniciar ainda em 2022", compartilhou.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Analista de sistemas
Analista de suporte técnico
Atendente balconista
Auxiliar de cozinha
Auxiliar de faturamento
Auxiliar técnico de refrigeração
Caseiro
Estoquista
Operador de caixa
Vendedor
Zeladora

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

NOTAS

Associação de Mangueirinha receberá título de Utilidade Pública

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou em primeira discussão o projeto de lei 409/2022, de autoria do deputado Alexandre Curi (PSD), que concede o título de Utilidade Pública à Associação Comercial e Industrial de Mangueirinha (Aciman). A Aciman é uma Associação de intuito econômico, de direito privado, que possui a missão de integrar, desenvolver, representar e defender as empresas associadas de forma ética e transparente.

A entidade tem como principais objetivos fortalecer o regime econômico de mercado, representar os interesses da livre iniciativa, possibilitar maior proteção e valorização técnica de seus produtos e serviços e promover o desenvolvimento econômico e social do município. Desta forma a Associação Comercial e Industrial de Mangueirinha poderá manter convênio e parcerias junto ao Governo do Estado.

Festas religiosas de Dois Vizinhos no Calendário de Eventos do Paraná

Foi aprovado nesta quarta-feira (9), em segunda votação na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), o projeto de lei 247/2022, de autoria do deputado Paulo Litro (PSD), que visa inserir a Trezena e Quermesse de Santo Antônio de Pádua, realizadas em Dois Vizinhos, no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná.

"A Trezena e Quermesse de Santo Antônio, realizadas anualmente nas duas primeiras semanas de junho, atraem diversos fiéis de todo o estado e, com a inserção no calendário oficial, queremos ampliar a divulgação e potencializar ainda mais essas importantes celebrações em Dois Vizinhos", destacou Paulo Litro.

Neste ano a Quermesse de Santo Antônio bateu recorde de participação, com público superior a 2,5 mil pessoas. A Trezena de Santo Antônio, que comemorou os 63 anos da Paróquia Santo Antônio de Pádua, promoveu 13 dias de orações, partilhas e festividades no município, que culminou com a celebração do padroeiro de Dois Vizinhos, no dia 13 de junho.

O projeto de lei aguarda votação da redação final, para depois seguir para aprovação ou veto do governador Carlos Massa Ratinho Junior.